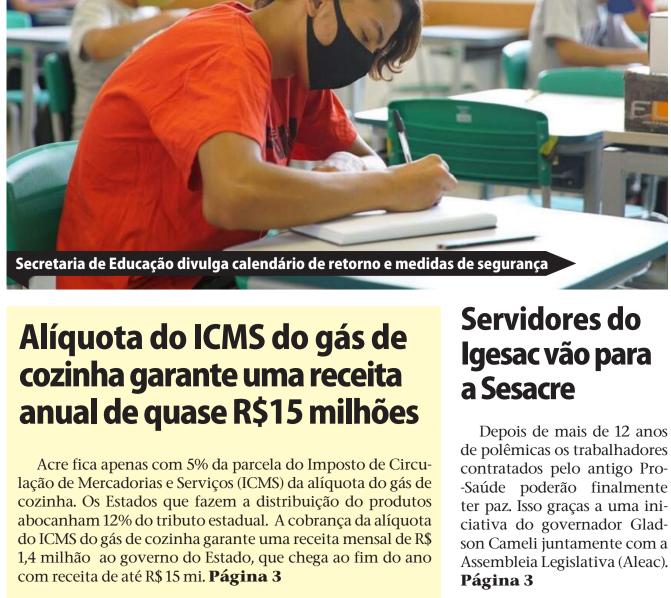
Visite www.atribuna.com
O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS
A TRIBUNA
e-mail-jornalatribunac@gmail.com
R$ 2,50 | Rio Branco, quinta-feira, 2 de setembro de 2021 | Ano XXII - Número 7.257

Aulas retornam em 4 de outubro de forma presencial e escalonada

Secretaria de Educação divulga calendário de retorno e medidas de segurança

Novas datas foram divulgadas em comunicado da secretária Socorro Neri e as aulas começam respeitando o distanciamento mínimo de 1 metro entre as carteiras. Em turmas com mais de 25 alunos, as unidades escolares organizarão grupos com 50% dos estudantes, que deverão se alternar entre as atividades presenciais e remotas. **Página 8**

Base de sustentação mantém vetos do governador

Oposição e situação chegaram a trocar farpas no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (Aleac), durante a votação dos vetos do governador Gladson Cameli aos quatro projetos de autoria dos deputados que vinham trancando a pauta do dia. O deputado comunista Edvaldo Magalhães chegou a insinuar a existência de um 'confessionário' na Casa. **Página 8**

Alíquota do ICMS do gás de cozinha garante uma receita anual de quase R$15 milhões

Acre fica apenas com 5% da parcela do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da alíquota do gás de cozinha. Os Estados que fazem a distribuição do produtos abocanham 12% do tributo estadual. A cobrança da alíquota do ICMS do gás de cozinha garante uma receita mensal de R$ 1,4 milhão ao governo do Estado, que chega ao fim do ano com receita de até R$ 15 mi. **Página 3**

Servidores do Igesac vão para a Sesacre

Depois de mais de 12 anos de polêmicas os trabalhadores contratados pelo antigo Pro-Saúde poderão finalmente ter paz. Isso graças a uma iniciativa do governador Gladson Cameli juntamente com a Assembleia Legislativa (Aleac). **Página 3**

Parlamentares aprovaram projeto em apoio à Educação

Deputados aprovam verba para professores comprarem notebooks

Votação aconteceu por unanimidade. Verba será de R$ 4.500,00 para aquisição de notebook e mais R$ 1.800 para pagamentos mensais de internet banca larga. Projeto vai para a sanção do governador, que agradeceu a posição dos deputados. **Página 8**

População recorre aos caminhões pipas para não ficar sem água

Milhares de famílias sofrem com falta de abastecimento

A quantia mínima de mil litros d'águas já chega a R$ 40. A empresa distribuidora chega a comercializar uma média de quatro a cinco caminhões pipas por dia. A distribuidora Caramuru só faz entrega mínima de cinco mil litros d'água, enquanto a Cristal Água chega a mil litros. **Página 3**

Senado derruba minirreforma

Página 7

Amazonas cria grupo para combater surto de doença da urina preta

O governo do Amazonas criou uma força-tarefa para combater o surto de rabdomiólise no estado. A doença, também conhecida pelo sintoma da urina preta, é uma síndrome que gera a destruição de fibras musculares esqueléticas e libera elementos de dentro das fibras (como eletrólitos, mioglobinas e proteínas) no sangue. **Página 3**

Artigo

Nada justifica o olho gordo em nossas terras

*Sonia Guajajara

Minha língua materna é a ze'egete, que significa "a fala boa". Sou formada em letras, também conheço muito bem o português. "Narrativa", palavra favorita dos seguidores do presidente Jair Bolsonaro, é definida no dicionário como "texto em prosa cujos personagens figuram situações fictícias, imaginárias". E ela define a fala má dita na semana passada por Bolsonaro sobre o julgamento da tese do marco temporal no Supremo Tribunal Federal: "Se mudar o entendimento passado, de imediato nós vamos ter que demarcar, por força judicial, uma outra área equivalente à região Sudeste como terra indígena. Acabou o agronegócio". Como é possível caber tanta ficção em apenas duas frases?

Ruralistas chegaram a pagar anúncios de página inteira em jornais para ajudar a vender a fantasia presidencial; mas, no mundo real, se o STF decidir sepultar de vez o marco temporal não estará modificando nenhum "entendimento passado". Na verdade, quem fez isso foi a Advocacia-Geral da União (AGU), durante o governo Michel Temer (MDB), quando emitiu o parecer 001/2017.

O marco temporal —que determina que somente os povos indígenas que já estivessem ocupando suas terras na data da promulgação da Constituição, em 1988, poderiam reclamar sua posse— não era previsto por lei. A AGU se valeu do voto do ex-ministro Ayres Britto no julgamento sobre a homologação da terra indígena (TI) Raposa Serra do Sol para formar seu entendimento.

Em 2009, a corte havia decidido que a TI deveria ser demarcada "de forma contínua"; logo, posses não indígenas ficariam de fora da área delimitada. Apenas o voto de Britto fazia menção ao marco temporal. O Supremo foi acionado de novo, em 2013, para julgar apelações contra a decisão. E, além de manter o veredito, determinou que ele não teria efeito vinculante. Aliás, a tese nem sequer foi aplicada no processo Raposa Serra do Sol, já que havia posses não indígenas nos limites de seu território que datavam do início do século 20 e foram anuladas. Isso não é história, é fato histórico.

Bolsonaro prometeu que o Brasil voltaria ao que era há 50 anos, mas a aprovação do marco temporal faria o país recuar ao período colonial. Alvará de 1º de abril de 1680, sancionado pela lei de 6 de julho de 1775, já estabelecia que, em "terras outorgadas a particulares, seria sempre reservado o direito dos índios, primários e naturais senhores delas". O presidente também não será obrigado a fazer nada "de imediato": o artigo 67 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 previa um prazo de cinco anos para que todas as TIs estivessem demarcadas. O Estado já está 28 anos atrasado.

Hoje, as terras indígenas ocupam 13,8% do território nacional. Parece muito, mas a proporção é menor que a média mundial, 15%, segundo estudo publicado na revista "Nature Sustainability". Se comparadas à área ocupada por propriedades rurais, a gente perde de goleada: 41%. São 421 TIs já homologadas, que totalizam 1,066 milhão de km2 e 303 em fase de demarcação, ou 110 mil km2. Nelas vivem mais de 600 mil pessoas. Enquanto isso, 51,2 mil latifúndios, ou 1% das propriedades, ocupam 20% do Brasil. São dados do Diário Oficial da União, do IBGE, da Funai, do Instituto Socioambiental e do projeto MapBiomas.

Ainda para efeito de comparação, a TI Ibirama-La Klãnõ, reclamada pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e cujo julgamento o STF tornou de repercussão geral, tem 370 km2 e dela dependem 2.057 indígenas; já a Fazenda Nova Piratininga, em Goiás, que pertence a três empresários, ocupa 1.350 km2.

Não há nada que justifique o olho gordo em nossas terras: só na Amazônia há 510 mil km2 de área não destinada, que poderiam ser usados para produção. TIs são fundamentais para conter o desmatamento —apenas 1,6% da perda de vegetação nativa no país se deu em seus limites entre 1985 e 2020—, e elas armazenam 28,2 bilhões de toneladas de CO2 na Amazônia, 33% do total.

Sem as terras indígenas, o planeta vai esquentar e o céu vai parar de chover. Não somos nós que podemos acabar com o agronegócio, mas ele mesmo.

*Sonia Guajajara é Coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e ex-candidata do PSOL à Vice-Presidência da República (2018)

A TRIBUNA
SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40

DIRETOR-GERAL Ely Assem de Carvalho
DIAGRAMAÇÃO Márcio Ferreira
REDAÇÃO Cezar Negreiros e
FOTOGRAFIA
REVISÃO

Assinatura Semestral: R$ 350,00 | Assinatura Anual: R$ 700,00

TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO

ESPAÇOS	Terça-sábado	Domingo
Primeira Página	183,68	214,82
Informe publicitário / Opinião / A pedidos	26,88	33,34
Página determinada	55,91	64,53
Página indeterminada	51,99	62,70
Encarte – milheiro – até 8 lâminas	150,00	190,00
1 página indeterminada	13.101,48	15.600,40
½ página indeterminada	6.550,74	7.900,20
Rodapé 6 colunas x 6cm	1.871,64	2.257,20
Rodapé 6 colunas x 8cm	2.495,52	3.009,60
Obs: acrescentar 30% no valor para anúncios coloridos		
ASSINATURA ANUAL JORNAL IMPRESSO – R$ 700,00		

* Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião

Notebooks
A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade projeto que permite a compra de computadores (notebooks) por professores e outros profissionais de ensino e ainda verba para internet. Nada mais justo. Um dinheiro bem empregado na valorização do magistério e uma grande vitória para o governador e para a secretária Socorro Neri, entusiasta da ideia.

Forte
Por essas e outras é que a secretária de Educação está fortalecida com as categorias do magistério. Tem cumprido todos os compromissos que formou, expressos nos onze pontos negociados com o governador, tem promovido o diálogo com as várias categorias, com equipes da Capital e do interior.

Outubro
O início das aulas presenciais foi fixado em quatro de outubro, mais uma medida preventiva. Especialmente quando cientistas e estudiosos alertam para os perigos de novos surtos com variantes da Covid em setembro. Até outubro a vacinação deve ter alcance máximo no Estado.

Afastamento
Era dado como certo, ontem, que o secretário municipal de Saúde, Frank Lima pedirá afastamento do modo oficial hoje, poupando o prefeito de exonerá-lo. Ele estava relutante, com medo de seu afastamento ser encarado como confissão de culpa, mas sua saída teria sido uma das condições negociadas para afastar o risco de impeachment.

Movimentos
Muita gente apontando que a fatura começou a ser cobrada ontem, com muita movimentação de gente a ser contratada na Emurb. O Ministério Público já estaria de olho nesse toma-lá-dá-cá. Para muita gente, representa sair da seca de indicações. E lá se vai a promessa de não haver indicações políticas. Nada como o choque de realidade.

Irregular
Uma postagem ontem, nas redes sociais da prefeitura, com supostas lideranças comunitárias mostrando cartazes de apoio a Bocalom, depois do trancamento do processo de impeachment, causou revolta aos internautas. Pelo menos 60 comentários, todos condenando o uso de redes oficiais para louvação pessoal do prefeito. Realmente não pode. O prefeito continua muito mal assessorado nas redes. Essa foi a única postagem com tantos comentários e 99% foram negativos.

O mundo dá voltas
Um personagem político tem por costume culpar seus antecessores por todos os problemas, usando acusações levianas e sem prova. Só que, como se dizia antigamente, o mundo gira e a Lusitana roda, e agora ele precisou dos bons préstimos de pessoa especialmente atingida por suas críticas, para resolver assuntos sérios. Foi aconselhado a não usar intermediários, pois eles serão inúteis. É coisa para ser resolvida na cabeça do poder.

Água
Como a coluna vinha insistindo há tempos, a prefeitura recuou radicalmente em sua determinação e afobação de assumir o controle do abastecimento de água da Capital. A equipe do Saerb não tem estrutura e levou ao prefeito Bocalom o real quadro do setor e a falta de recursos, pessoal, investimentos, previsão orçamentária para essa aventura. Se a promessa não cair no esquecimento, talvez só no ano que vem se volte a conversar sobre isso.

Já passou
E o mago do tempo, Friale, está prevendo a chegada de chuvas no Acre, afirmando que o pior da seca já passou. Será? Setembro costuma ser o mês mais seco do Estado. É verdade que andam aparecendo alguns trovões e relâmpagos, mas as chuvas estão muito localizadas e rápidas.

Receita
A Secretaria da Fazenda estimou que o Acre recolha de ICMS sobre a venda do gás, por ano, cerca de R$ 15 milhões, o que inviabiliza qualquer tentativa de eliminar o tributo. Importante notar que essa alíquota é a mesma desde que o botijão era barato e ao alcance da maioria da população. Não é por causa do ICMS que o gás está caro. Mesma coisa com a gasolina. Não houve aumento de alíquota de quando a gasolina custava R$ 2,50. Essa desculpa não cola.

Demissão
O governador determinou os procedimentos para a demissão da presidente da Codisacre, advogada Valdete Souza. Ela está envolvida em sérias denúncias da prática de "rachadinha" naquele órgão e só estava no cargo até agora porque entrou de férias ao explodir o escândalo. Retorna agora e nem senta na cadeira.

Trégua?
O promotor responsável pelo Gaeco, Grupo de Enfrentamento ao Crime Organizado dentro do Ministério Público, Bernardo Albano, faz algumas ponderações relevantes a respeito da suposta trégua entre facções criminosas do Acre, que poderiam derrubar os índices de violência no Estado. Ele avalia que, ao contrário, isso pode significar um fortalecimento do crime.

Negócio
Com a diminuição da guerra fratricida, embora a unidade vise destruir os remanescentes do PCC no Estado, o Comando Vermelho e o Bonde dos 13 podem se dedicar, centrar esforços, no seu negócio principal: a venda de drogas, a estabelecer as rotas do narcotráfico e o esquema de distribuição e venda. Foi mais uma decisão empresarial e mercadológica do que um aceno à paz social.

Violência
O Atlas da Violência 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado ontem, aponta o Acre como o segundo Estado com maior aumento de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), ou mortes por motivos fúteis. O Acre, 185% de aumento desse tipo de crime, só fica atrás do Rio de Janeiro (232%) e pouco à frente de Rondônia (178%).

Polícia Civil
A base do governo na Assembleia está disposta a bancar a contratação do polêmico cadastro reserva da Polícia Civil e estaria convencendo o governador da importância da medida. Um dos defensores é o líder do governo, deputado Pedro Longo. O deputado Roberto Duarte é outro que apoia a contratação.

Indígenas
Indígenas do povo Katukina interditaram ontem a BR-364 em protesto pela tentativa de manter a proposta do marco temporal, em julgamento a ritmo de jabuti no STF. As comunidades indígenas pretendem manter a mobilização até o fim do julgamento, que pode não ocorrer tão cedo.

PTB
A empresária Charlene Lima está promovendo uma grande ação do partido para protestar contra o STF e em defesa de Roberto Jefferson, preso por ordem do ministro Alexandre de Morais, depois de ameaças. Charlene teve de Jefferson a garantia do controle do partido no Acre e de apoio para a campanha de 2022.

Ameaças
A posição de Charlene estava ameaçada pelo ex-deputado Ronivon Santiago, que pretendia tomar o poder na legenda e filiar a vereadora Michele Melo, sua parente, e o filho para concorrerem pelo partido no ano que vem. Mas a direção nacional preferiu apoiar a atual composição do diretório no Acre.

Isolamento
A prefeita Néia Sérgio, de Tarauacá está cada vez mais enrolada no processo de cassação de seu mandato por crime eleitoral. Espanta verificar como estão isolados ela e o esposo, o deputado federal Jesus Sérgio, sem nenhum grupo político montado para fazer a defesa da prefeita. Não contam com a simpatia de ninguém no município, que tenha peso político.

Jornalistas
Os jornalistas Antônio Stélio e Moura Neto,há muitos anos radicados fora do Acre estão de visita ao Estado. Ambos polêmicos e com vasta experiência, com rodagem pelas artimanhas das redações e da imprensa, são personagens importantes da história do jornalismo acreano. Bem vindos!

População recorre aos caminhões pipas para não ficar sem água

Cezar Negreiros

A prolongada seca que castiga o estado inflacionou o preço da água comercializada pelos caminhões pipas nos bairros da capital acreana. A quantia mínima de mil litros d'águas é R$ 40 reais, mas o consumidor que pede cinco mil litros esse valor cai para 150 reais e quem pede uma carga de 10 mil litros d'água, o valor é de R$ 300,00.

A empresa distribuidora chega a comercializar uma média de quatro a cinco caminhões pipas por dia. A distribuidora Caramuru só faz entrega mínima de cinco mil litros d'água, enquanto a Cristal Água chega a mil litros.

"Tem dia que chegamos a comercializar seis caminhões de pronta-entrega", revelou a vendedora da distribuidora Cristal Água, Sabrina Pasquim.

A prefeitura de Rio Branco decretou estado de emergência, depois que a Defesa Civil Municipal passou a atender cerca de 22 mil pessoas, que não têm acesso a água tratada por conta da crise hídrica. O coordenador da Defesa Civil Municipal (DCM), major Cláudio Falcão revelou que até o mês passado atendia 12 mil pessoas assistidas pelos caminhões pipas. Com os poços artesianos e cacimbas secando no entorno da capital tiveram de cadastrar mais 10 mil pessoas para ter acesso à água tratada para consumo humano.

"Estamos com cinco caminhões pipas para atender 22 mil pessoas que estão sem acesso à água no entorno da nossa cidade", lamentou o oficial do CBM/AC.

O nível do Rio Acre registra uma baixa diária de 2 centímetros por dia na última semana, diante do cenário desolador a Secretaria Municipal de Agricultura teve de contratar quatro caminhões pipas com capacidade de 10 a 18 mil litros d'água e um caminhão pequeno com capacidade de 6 mil litros para atender a população rio-branquense. O principal manancial que corta a capital acreana pode chegar a marca histórica de setembro de 2016, quando registrou a cota de 1,30 metros de lâmina d'água.

Defesa Civil atende 22 mil pessoas com caminhões pipas

Acre recebe mais 4,6 mil doses de vacina contra a Covid-19 nesta quarta

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Saúde (Sesacre), recebeu do Ministério da Saúde (MS) nesta quarta-feira, 1º de setembro, novos lotes de vacina contra a Covid-19, sendo 4.680 doses da Pfizer, para dar continuidade ao processo de imunização dos acreanos.

Esta é a 45ª pauta de distribuição de vacina contra a Covid-19 enviada ao Acre, com destinação para segunda dose. Ao todo, o Acre já recebeu 913.010 mil doses dos imunizantes utilizados pelo Ministério da Saúde e que fazem parte do Plano Nacional de Imunização.

"Os lotes são destinados ao público em geral e logo estarão em todos os municípios do estado para fortalecer a campanha de vacinação contra essa doença", destaca a chefe do Programa Nacional de Imunização (PNI) no Acre, Renata Quiles.

Após a chegada dos imunizantes, o governo do Estado se torna responsável pela distribuição imediata aos 22 municípios, que executam o cronograma de vacinação. A logística de entrega desenvolve-se com o auxílio das demais instituições, como a Segurança Pública, para que os imunizantes cheguem de forma célere e segura às localidades mais isoladas.

Ainda, o governo do Acre, por meio das equipes de imunização do Estado, está desenvolvendo nos municípios a ação intitulada Caravana da Vacinação, que tem como objetivo auxiliar as secretarias municipais de Saúde a atingir maior número de cidadãos. Além disso, a vacina contra a Covid-19 também é aplicada em ações do programa Saúde Itinerante, para que o quanto antes seja alcançada a imunidade de rebanho.

Aleac autoriza governo a extinguir Igesac e transferir funcionários para a Sesacre

Depois de mais de 12 anos de polêmicas os trabalhadores contratados pelo antigo Pro-Saúde poderão finalmente ter paz. Isso graças a uma iniciativa do governador Gladson Cameli juntamente com a Assembleia Legislativa (Aleac) que conseguiram montar uma engenharia para garantir o emprego de mais de mil servidores da saúde.

Eles deverão ser transferidos diretamente para a Secretaria Estadual de Saúde (Sesacre). O que vai permitir essa solução é projeto aprovado pela Aleac, nesta quarta, dia 1º, que permite ao governo do Estado extinguir o Instituto de Gestão de Saúde do Acre (Igesac).

Entenda o caso: o atual governo para manter os empregos dos contratados do Pro-Saúde criou o Igesac. No entanto, questões de legislação, criaram embaraços nesse processo. Assim o governo resolveu extinguir o Igesac e contratar diretamente esse servidores pela Sesacre.

O presidente da Aleac, deputado Nicolau Júnior (PP) afirmou que a solução encontrada é um alívio para esse trabalhadores com origem no Pró-Saúde.

"Esse problema vem de muito tempo desde gestões passadas. São funcionários do Pró-Saúde que o governador Gladson Cameli tem feito de tudo para mantê-los empregados. Esse projeto que foi aprovado pela Aleac permite acomodar esses trabalhadores na Sesacre. Isso trará a tranquilidade para cerca mil pais e mães de famílias acreanas em todo o estado, mostrando o compromisso do governador com essas pessoas", avaliou o presidente.

Para se chegar a um consenso houve muito diálogo até o projeto chegar ao plenário da Aleac. "Foram semanas de negociações com os trabalhadores e os sindicatos da Saúde, mas conseguimos chegar a um consenso. Com o projeto que aprovamos poderemos deixar essas pessoas mais seguras dos seus empregos", disse Nicolau.

O líder do governo na Aleac, Pedro Longo (PV), explicou como esse processo deverá ajudar a solucionar o problema desses servidores.

"Com esse projeto o governo fica autorizado a extinguir o Igesac. Mas com a sanção da Lei os trabalhadores do Igesac passam a ser servidores da Sesacre. Deixam de ter qualquer vínculo com o Igesac e passam a ser funcionários com carreiras celetistas dentro do governo. Esse foi o acordo costurado entre governo, deputados e os sindicatos", avaliou Longo.

O líder falou ainda como será a relação desses funcionários com a Sesacre.

"Eles são considerados concursados, mas estarão no regime de celetistas porque a Lei permite o servidor ser estatutário ou celetista. Isso significa que na medida que eles forem se aposentando não serão substituídos. Ao contrário de outras carreiras na Sesacre como, por exemplo, de um médico ou de uma enfermeira, que quando abre uma vaga poderão ser substituídos. No caso desses servidores com origem no Pró-Saúde e, posteriormente, no Igesac, isso não acontecerá. Eles estarão com os empregos garantidos, mas na medida que se aposentarem ou pedirem demissão esses cargos serão extintos", finalizou o líder.

Alíquota do ICMS do gás de cozinha garante receita anual de R$ 15 milhões

Cezar Negreiros

Acre fica apenas com 5% da parcela do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da alíquota do gás de cozinha. Os Estados que fazem a distribuição do produtos abocanham 12% do tributo estadual. A cobrança da alíquota do ICMS do gás de cozinha garante uma receita mensal de R$ 1,4 milhões ao governo do Estado, mas que chegam ao fim do ano em torno de R$ 15 mi. O gás procedente do município amazonense de Coari é processado nos estados do Amazonas e Rondônia que abocanham a maior parcela de 12% do tributo, enquanto o Acre fica apenas com a menor parcela de 5% do valor agregado do produto.

"Não temos como abrir mão desta parcela do ICMS", declarou Clóvis Monteiro Gomes, diretor de Administração Tributária da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz).

O gestor informou que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) não deve autorizar o governo do rondoniense de zerar a alíquota do tributo do gás de cozinha, porque todas as decisões precisam levar em conta o consenso.

O governo do Estado garante uma receita mensal média de R$140 milhões, com a cobrança do tributo dos combustíveis, que no mês que encerrou chegou em torno dos R$ 144 mi, que representa uma receita anual de quase R$ 1,7 bilhão. "São destes recursos próprios que destinamos as contrapartidas para captação de recursos do governo federal e internacional", observou.

Os consumidores acreanos reclamam dos constantes reajustes da botija de 13 quilos do gás de cozinha (GLP) nos municípios acreanos. A botija do produto já chega à casa dos consumidores em torno de R$ 115,00 para pronta-entrega na capital acreana, no primeiro semestre deste ano chegava aos R$ 100,00. Em 2018, o produto chegava ao fim do ano comercializado por R$ 53,00, enquanto nos primeiros meses de 2019, pulou para R$ 55,00, depois R$ 65 reais e fechou com R$ 70,00 nos postos de combustível chegou a ser comercializado no segundo semestre por até R$78,00, enquanto nas distribuidoras de gás girava em torno de R$ 80,00.

Estado não tem como abrir mão do imposto cobrado

Estado planeja ações para o Dia das Crianças

A primeira-dama Ana Paula Cameli recebeu nesta quarta-feira, 1º, no Palácio Rio Branco, na capital, a equipe da Polícia Civil do Acre e da Escola de Gastronomia e Hospitalidade Mirian Assis Felício, para tratar sobre as ações do Dia das Crianças, que serão realizadas em outubro na Cidade do Povo.

O evento está com data prevista para 9 de outubro, com atividades de cidadania e lazer, desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por meio do Programa de Defesa Social Acre pela Vida, com estimativa de atender mais de 150 crianças da comunidade.

"Utilizar o espaço da escola para realizar essa ação aproxima os moradores da escola e os motiva a conhecer e participar das atividades realizadas no local. Esse evento com certeza será importante para a população, principalmente para as crianças", salientou Ana Paula Cameli.

A coordenadora do programa Acre pela Vida, delegada Márdhia El-Shawwa, explicou que ações serão realizadas durante o evento: "A principal atividade é a confecção de carteira de identidades para 150 crianças que já estão pré-cadastradas para a ação. Além disso haverá atrações musicais, brincadeiras, teatro e entrega de marmitas com doces. E estamos buscando mais parcerias para agregar atividades à ação", destacou a delegada.

Obras são financiadas com recursos do Bird

Sejusp participa de reunião em Brasília sobre o fortalecimento da Denarc

Nesta terça-feira, 31, uma comitiva de gestores da área de Segurança Pública do Estado do Acre (Sejusp) esteve em Brasília para tratar do projeto de reestruturação e fortalecimento da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico (Denarc).

O secretário de Justiça e Segurança Pública do Acre, Paulo Cézar Negreiros; o delegado-geral de Polícia Civil, Josemar Portes; e o deputado federal, Alan Rick participaram uma reunião com os diretores da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad).

Na oportunidade, foram debatidas as readequações do projeto da Denarc feitas pela Polícia Civil do Acre e Sejusp. Ambas as instituições aguardam a emissão da nota técnica do departamento jurídico da Senad, e consequentemente, a liberação do orçamento para que ações policiais sejam executadas.

"Viemos tratar sobre o convênio firmado entre o Estado do Acre e Ministério da Justiça, por meio do Fundo Nacional Antidrogas, para garantir novos equipamentos para a Denarc, no intuito de combater os crimes transfronteiriços e o tráfico de drogas", relata Negreiros.

O projeto de reestruturação da Denarc contém a aquisição de equipamentos de inteligência, softwares, computadores, scanner gerador de imagem para fiscalização de veículos e viaturas táticas dissimuladas, entre outras estruturas. Ao todo, o custo do projeto é de R$ 4 milhões.

"Fiquei muito feliz em ouvir do secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Luiz Roberto Beggiora, e da coordenadora-geral de Políticas Públicas da Diretoria de Articulação Institucional da Senad, Paula Brisola, que o projeto da Denarc do Acre já é prioridade na Secretaria e que aguarda apenas o orçamentário para ser executado", destacou o deputado federal Alan Rick.

Também participaram da reunião o diretor de Inteligência da Polícia Civil do Acre, Martin Hessel, e o diretor de Políticas Públicas e Articulação da Senad, Gustavo Camilo Baptista.

Gestores participaram de reunião com diretores da Senad

Governo fará cursos profissionalizantes para moradores da Cidade do Povo

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional (Sedur), vai realizar mais um trabalho de pós-ocupação das famílias que foram beneficiadas com as habitações do bairro Cidade do Povo, em Rio Branco. Serão oferecidos cursos profissionalizantes, e para participar é necessário realizar a inscrição na Escola de Gastronomia e Hospitalidade Miriam Assis Felício, entre os dias 8 e 13 de setembro. Os cursos serão executados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A equipe da Sedur já realizou a mobilização na Cidade do Povo, anunciando e convidando os moradores das quadras 7, 11 e 14 para participarem dos cursos profissionalizantes de pães e massas; salgadeiro; pizzaiolo; bolos e tortas; confeitaria básica; confeitaria fina; bombons e trufas e pães rústicos. Também serão oferecidos cursos de mecânico de motocicleta e mecânico de manutenção de ar condicionado. Cada curso vai oferecer 20 vagas para os moradores das quadras selecionadas, com início no dia 15 de setembro, e seguem até 21 de fevereiro de 2022.

As casas do Cidade do Povo foram entregues em duas etapas, a primeira se deu no ano de 2014 e a última no ano de 2017. O total de 3.348 famílias foram contempladas com residências no local considerado o maior conjunto habitacional do estado.

Seplag oferta curso a distância de Sistema de Gestão Administrativa

Para atender a demanda dos servidores que atuam nas áreas de Aquisições e Contratos da Administração Pública do Acre, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Acre (Seplag), por meio da Diretoria de Modernização e Desenvolvimento Institucional (Dirmod) e do Departamento de Formação e Capacitação do Servidor Público (Decap), oferta o curso de Operacionalização do Sistema de Gestão Administrativa, em formato de ensino a distância (EaD).

Esse método é utilizado para acompanhar processos de aquisições, contratos administrativos, financeiros, de terceirização do órgão e de seus postos de trabalho, possibilitando ainda o acompanhamento das informações por meio de painéis gerenciais e a emissão de relatórios.

O Sistema de Gestão Administrativa dispõe de integração com o depósito de dados de autenticação do governo do Estado e Protocolo de Serviços Diretórios, em que, por meio de acesso ao login funcional, é integrado a outras fontes de informação, como o Sistema de Gestão de Recursos Públicos (GRP), Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil (Safira) e Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

O principal objetivo é permitir ao servidor público o acesso às noções básicas do Sistema Administrativo, indicando como realizar os principais procedimentos. A metodologia será aplicada em 11 vídeos explicativos e em um Manual de Boas Práticas do Sistema.

O treinamento do Sistema de Gestão Administrativa está sendo disponibilizado na modalidade de EaD, com carga de 20 horas-aula, e faz parte da programação de implantação do sistema nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

"Esse curso vai ficar fixo na plataforma de EaD do Estado. Para fazer sua implantação, realizamos algumas ações, entre elas, a apresentação do sistema aos secretários e gestores, treinamento online e realização de workshop", explica Rafaela Maranhão, chefe do Departamento de Melhoria e Inovação de Processos da Seplag.

Será fornecida certificação de conclusão, e a opção já se encontra na Plataforma de Capacitação no Portal da Seplag. A inscrições devem ser realizadas por meio do link http://servicos.seplag.ac.gov.br/capacitacao/ e utilizando login e senha de acesso à rede corporativa (internet).

Transporte intermunicipal de passageiros é fiscalizado

Ageac realiza novas ações de fiscalização

Como forma de reduzir os índices de acidentes nas rodovias acreanas, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Acre (Ageac) iniciou, nesta semana, novos trabalhos de fiscalização de veículos que realizam o transporte intermunicipal de passageiros.

As ações compõem o cronograma da campanha "Transporte clandestino é a alternativa mais rápida para o acidente", que tem o objetivo de conscientizar a população de que o transporte regular é a única opção segura. As iniciativas contam com as parcerias das Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar.

"Os fiscais estão efetuando novas inspeções nos veículos que trafegam nas rodovias do estado, verificando se os mesmos atendem às normas exigidas para o transporte com segurança, oferecendo mais comodidade aos passageiros, além de combater possíveis condutores clandestinos", destaca a diretora-presidente da Ageac, Mayara Lima.

A gestora relata que qualquer condutor que for flagrado realizando o transporte clandestino de passageiros ficará sujeito a penalidades legais, como multa e até retenção do veículo, já que para circular nas rodovias intermunicipais é necessária a autorização prévia da Ageac.

"O transporte clandestino é perigoso e ilegal, pois coloca em risco a vida dos passageiros e consequentemente gera prejuízos para o sistema. Isso também compromete o equilíbrio econômico-financeiro dos veículos autorizados pela Ageac, que passam por vistorias; os seus proprietários pagam os devidos impostos e estão amparados pela legalidade", alerta a diretora.

Em caso de dúvida, reclamação ou denúncia de transporte clandestino, os usuários podem se pronunciar por meio da Ouvidoria da Ageac, pelo contato telefônico: 0800 710 2606 ou pelo e-mail: ouvidoria.ageac@gmail.com

Gladson Cameli abre aula inaugural de curso para formação na PM

"Desde pequena, meu sonho era seguir a carreira do meu pai, que é policial militar. Hoje, esse sonho começa a se transformar em realidade." Foi com essa frase que a aluna Kamyla Barbosa definiu o início do Curso de Formação de Soldados (CFSD) da Polícia Militar do Estado do Acre. Dentro de nove meses, 198 profissionais estarão altamente preparados para servir e proteger a sociedade acreana.

Coube ao governador Gladson Cameli fazer a abertura da aula inaugural do CFSD, nesta quarta-feira, 1º, no auditório da Unimeta, em Rio Branco. Em seu discurso, o gestor lembrou do esforço de cada um deles pela tão aguardada convocação. O chefe de Estado disse ainda que a melhoria da Segurança Pública do Acre é uma realidade, principalmente na contratação de novos servidores.

"Quantas vezes eu recebi esses jovens em meu gabinete e percebia no olhar deles o sentimento de querer ajudar o nosso estado. O meu desejo era chamar todos de uma só vez, mas temos leis e responsabilidades a cumprir. Graças a Deus, demos mais um importante avanço com o início desse curso e tenho certeza que mais notícias boas serão anunciadas em breve", enfatizou.

A administração de Cameli tem estabelecido marcos históricos na área da Segurança Pública. Nos últimos dois anos e meio, quase mil novos profissionais foram convocados para reforçar os quadros da forças policiais. Somente na PM, já são 444 contratações. A previsão é que esse número ainda aumente até o fim de 2021.

"Neste mês de setembro, o nosso planejamento é fazer um novo chamamento do cadastro de reserva e abrir uma turma com cerca de 90 alunos, segundo a nossa perspectiva. No final do ano, um novo chamamento também está previsto", esclarece o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo César Gomes.

A realização de novos concursos na área da Segurança Pública foi confirmada pelo próprio governador Cameli no dia 10 de agosto. Muito em breve, serão lançados editais para o preenchimento de vagas na Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Instituto Socioeducativo e Instituto de Administração Penitenciária.

O evento também foi prestigiado pelo secretário adjunto de Segurança Pública, Maurício Pinheiro; pelo diretor de Ensino da Polícia Militar, coronel Emílio Virgílio de Oliveira; pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Carlos Batista; pela deputada federal Jéssica Sales e pelo deputado estadual Cadmiel Bomfim.

São 198 alunos que farão curso de formação de soldados

Início do CFSD era aguardado com muita expectativa

Depois de quatro anos de espera, o aluno-soldado Silvestre Barbosa Ferreira era um dos mais empolgados pelo começo do curso de formação. O profissional largou a carreira militar em Porto Velho (RO) para um recomeço em seu estado de origem.

"Estou muito feliz por estar retornando ao meu estado, depois de servir à Polícia Militar de Rondônia durante dois anos. O meu sonho sempre foi servir a briosa Polícia Militar do Estado do Acre e, hoje, está sendo um dia ímpar na minha vida e também dos meus colegas", pontuou.

Aos 23 anos de idade, Kamyla Barbosa assume uma das maiores responsabilidades de sua vida. A futura militar afirma estar motivada e focada no cumprimento de suas funções. "A sociedade pode esperar uma policial exemplar, que vai cumprir com o dever de servir e proteger a população acreana", disse.

O curso

Com carga total de 2.135 horas, o CFSD contempla aulas práticas e teóricas em 52 disciplinas, como Direito Penal, Policiamento Comunitário, Policiamento Ostensivo Geral e Direitos Humanos. Toda a capacitação será realizada nas dependências do Centro Integrado de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública (Cieps), na capital. Cada aluno-soldado receberá remuneração mensal de R$ 4.344,22, durante o período do curso. A aula inaugural foi marcada ainda pela ministração da palestra Polícia Militar: profissão ou sacerdócio?.

Estado e Município iniciam ampliação da rede de água em Brasileia

O governo do Acre, por meio do Departamento Estadual de Água e Saneamento (Depasa) e em parceria com a Prefeitura de Brasileia, iniciou nesta quarta-feira, 1º, a obra de ampliação da rede de distribuição do município.

O projeto prevê a implantação de 2,5 mil metros de rede para levar água tratada a pelo menos três mil pessoas, moradoras dos bairros Nazaré e Oito de Março. O valor do investimento é superior a R$ 866,4 mil, sendo 51,61% provenientes de recursos do Estado e 48, 39% de contrapartida do Município.

A intervenção atende uma antiga reivindicação dos moradores. "Foi um dos primeiros pedidos que recebemos, logo que assumimos a gestão do Depasa. Sensível à solicitação da prefeita Fernanda Hassem, o governador Gladson Cameli não mediu esforços em viabilizar os recursos necessários. Com a pandemia, tivemos dificuldades para comprar alguns materiais, mas hoje, graças a Deus, estamos aqui para anunciar essa boa nova. Estamos muito felizes por isso", disse a presidente do Depasa, Waleska Bezerra, em ato público realizado ontem em Brasileia para anunciar o início da obra.

Fernanda Hassem destacou a importância da iniciativa para levar mais qualidade de vida e saúde à população. "Dos quase cinco anos à frente da Prefeitura de Brasileia, esse é um dos sonhos que nós tínhamos, trazer dignidade para essas comunidades", disse, ao agradecer o apoio do governo do Estado para a concretização do projeto.

O presidente da Associação de Moradores do Bairro Nazaré, Paulo Cavalcante, falou sobre a importância do investimento para quem mora na região: "É algo que todos nós precisamos, que é a água encanada em casa; quero muito agradecer ao Estado, à Prefeitura e todas as autoridades que junto com a gente estão ajudando a transformar esse sonho em realidade".

Além de investimentos para melhorar o sistema de distribuição de água, o Depasa realizou uma obra de ampliação e melhorias da estação de tratamento de água (ETA) do município. Os investimentos em infraestrutura contemplam ainda melhoria de ramais, pavimentação de vias públicas e construção do anel viário do município.

Biblioteca Pública realiza primeira Semana Estat

Transeuntes passeiam na calçada em frente à Praça da Revolução, na capital acreana. Os olhares se dirigem ao prédio branco com pilares cor de laranja que adornam a Biblioteca Pública Estadual de Rio Branco (BPE). A reabertura está marcada para quarta-feira, 8. O horário de atendimento e recebimento do público será das 7h30min às 13h30min. A data também coincide com o início da I Semana Estadual do Livro e de Incentivo à Leitura e à Escrita.

A Semana foi instituída pelo governo do Estado do Acre, sancionada pelo governador Gladson Cameli e cumpre a lei nº 3.688, de 7 de janeiro de 2021. Por meio da BPE, a Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM), mantenedora do órgão, busca promover a exibição de filmes, rodas de conversa, contações de histórias, lançamentos de livros e palestras.

O chefe do Departamento de Livro, Leitura e Literatura da FEM, Jackson Viana, explica a importância das ações: "Isso permite que desempenhemos ações culturais de fomento à leitura e à literatura no estado e estimula a participação do público dentro da Biblioteca".

Todo o espaço da BPE poderá ser utilizado após sua reabertura; porém, o acesso será limitado devido às normas sanitárias relacionadas à Covid-19. A Biblioteca conta, atualmente, com seções voltadas ao estudo e à pesquisa, espaço de histórias em quadrinhos, computadores, uma filmoteca e um espaço para crianças, com contação de histórias e shows de marionetes. O uso de máscaras faciais durante a permanência do local será obrigatório e reforçado pela equipe.

Para acesso, o usuário deve se cadastrar na entrada e na saída. O sistema de empréstimo de livros funcionará normalmente. O atendimento ao público será de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 13h30min.

A programação da Semana Estadual do Livro e de Incentivo à Leitura e à Escrita poderá ser consultada em breve nas redes sociais da FEM.

A reabertura das bibliotecas acreanas será gradativa. O Departamento de Livro, Leitura e Literatura informa que, ainda em setembro, serão abertas mais duas bibliotecas no estado.

Livro e leitura

Apesar da grande movimentação de carros e da circulação de pessoas que passam em torno do local, a Biblioteca Pública Adonay Barbosa é um espaço silencioso, com climatização adequada para combater o calor rio-branquense. Ali o leitor pode desfrutar tranquilamente de uma pausa para si mesmo, descobrindo novos mundos, viajando na imaginação e absorvendo novos conhecimentos.

A instituição, casa dos leitores rio-branquenses, foi descrito como "local onde as pessoas são convidadas a entender o mundo por meio dos livros" pelo atual governador Gladson Cameli. Inaugurada em 1979, é atualmente mantida pelo governo do Estado do Acre, por meio da FEM.

Marco temporal: STF inicia fase de sustentações

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou hoje (1º) a fase de sustentações orais do julgamento pode analisar o marco temporal para demarcações de terras indígenas. Na sessão desta quarta-feira, entidades se manifestaram contra e a favor a tese. Após as argumentações, a sessão foi suspensa e será retomada amanhã (2).

O julgamento está sendo acompanhado por cerca de 6 mil indígenas de 170 etnias, que estão acampados em Brasília desde a semana passada.

O STF julga o processo sobre a disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte é questionada pela procuradoria do estado.

Durante o julgamento, os ministros poderão discutir o chamado do marco temporal. Pela tese, os indígenas somente teriam direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial nesta época.

Manifestações

O procurador de Santa Catarina, Alisson de Bom de Souza, defendeu a reintegração de posse pelo Instituto do Meio Ambiente do estado e afirmou que houve invasão de indígenas na área.

Souza também defendeu o marco temporal como forma de segurança jurídica. Segundo ele, o reconhecimento da posse só pode ocorrer após decisão final sobre o reconhecimento da terra indígena pelo presidente da República, a quem cabe a decisão final sobre a homologação.

"Um proprietário de terra não pode ser expulso de sua propriedade sem que haja a formação completa do reconhecimento de que aquele espaço é uma terra indígena tradicional", argumentou.

Rafael Modesto dos Santos, advogado da comunidade Xokleng, disse que o marco temporal não tem cabimento jurídico e ignora o passado de violência contra os povos indígenas, como casos de expulsões, mesmo após a titulação de terras tradicionais.

"Não cabe nenhum marco temporal, porque ele legalizaria todos ilícitos, de crimes ocorridos até 1988", afirmou.

Na avaliação de Paloma Gomes, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a defesa da tese do marco é uma forma de tentar burlar a Constituição.

"Os direitos indígenas continuam como cláusulas pétreas, sendo imprescritíveis, inalienáveis e imutáveis. Em 88, foi fixado como dever do Estado a demarcação e a proteção dos territórios indígenas, entretanto, o que vamos hoje é uma resistência na implementação desses direitos", disse.

Reforma administrativa prevê corte de jornada para cargos que não são típicos de Estado

O deputado Arthur Maia (DEM-BA), relator da reforma administrativa na comissão especial da Câmara, decidiu prever, além da estabilidade a todos os servidores, redução de 25% da jornada de trabalho para cargos que não sejam considerados típicos de estado.

Ele também estipulou uma indenização a servidores que tiverem o cargo extinto por ter se tornado desnecessário ou obsoleto, assim como a possibilidade de reintegração caso o posto seja recriado em até cinco anos.

Maia leu nesta quarta-feira (1º) o relatório na comissão especial que analisa o mérito do texto. Conforme indicado na terça-feira (31) pelo próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), será concedido vista ao texto, que só deve ser votado no colegiado nos dias 14 e 15 de setembro.

Uma das principais mudanças do relatório, a estabilidade a todos os servidores, já havia sido antecipada por Arthur Maia na terça-feira em coletiva de imprensa. No parecer, o deputado defende que a "estabilidade de servidores públicos, tal como vigora no texto constitucional, constitui mesmo, como defenderam inúmeros palestrantes no debate sobre o tema, um instrumento de defesa em favor dos cidadãos e não em prol dos servidores".

Segundo ele, o mecanismo "inibe e atrapalha o mau uso dos recursos públicos, na medida em que evita manipulações e serve de obstáculo ao mau comportamento de gestores ainda impregnados da tradição patrimonialista que caracteriza a realidade brasileira."

Em setembro do ano passado, o governo enviou ao Congresso a PEC da reforma administrativa, que altera as regras no funcionalismo público. Pelo texto, não há efeito sobre os atuais servidores.

O pacote atinge futuros servidores dos três Poderes na União, estados e municípios, mas preserva categorias específicas. Juízes, procuradores, promotores, militares, deputados e senadores serão poupados nas mudanças de regras.

Na reunião, Maia justificou o fato de não ter acatado emenda que buscava incluir outros Poderes na PEC com um parecer da Câmara que teria apontado inconstitucionalidade na medida. Ele, no entanto, decidiu dar a palavra final sobre o tema aos membros da comissão especial na votação que ocorrerá em duas semanas.

O texto relatado por Arthur Maia prevê redução de até 25% da jornada de trabalho para exercício de cargos públicos que não sejam exclusivos de estado, com corte proporcional de remuneração. Há a previsão de o salário ser preservado na hipótese de redução de jornada em decorrência de limitação de saúde ou para cuidar de pais, filhos ou cônjuge que viva às custas do funcionário.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) afirmou que o ponto é crítico. "Esse corte de 25% não é só da jornada dos servidores, é também da prestação de serviço", disse.

"Isso está relacionado com os convênios de cooperação com a iniciativa privada. Eles cortam 25% da carga de prestação de serviço, economizam em cima dos servidores e passam para a iniciativa privada. Essa é a jogada do [ministro da Economia] Paulo Guedes e eles não retiraram isso da emenda constitucional."

José Nascimento, gerente de causas do Centro de Liderança Pública, defende a medida e afirma que ela é "positiva e interessante". Esta maleabilidade permite que o serviço público tenha potencial de ganhar em termos de eficiência", disse. "Maleabilidade também para que o serviço público tenha mais dinheiro para investimentos e gastando menos com a folha de salários."

Ministro da Economia, Paulo Guedes, na residência oficial do Senado, no Lago Sul

O relatório autoriza a contratação temporária, que também não poderá ser aplicada a carreiras típicas de estado. O prazo, incluindo a prorrogação, não poderá superar dez anos. O processo seletivo será simplificado, e não poderá ser firmado novo contrato com o mesmo contratado em menos de dois anos a partir do fim do contrato anterior.

O deputado professor Israel Batista (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, vê com preocupação a possibilidade de estados e municípios definirem por lei própria quais atividades podem ser temporárias. "Isso é voltado para um ataque especialmente voltado a professores e enfermeiros, eles é que vão ser os mais prejudicados por isso", disse.

O relator definiu no texto cargos típicos de estado como os voltados a funções de segurança pública, representação diplomática, inteligência de Estado, gestão governamental, advocacia pública, defensoria pública, elaboração orçamentária, ao processo judicial e legislativo, atuação institucional do Ministério Público, manutenção da ordem tributária e financeira ou ao exercício de atividades de regulação, de fiscalização e de controle.

O texto traz algumas vedações a detentores de mandatos eletivos, membros dos tribunais e conselhos de contas, ocupantes de cargos e funções públicas da administração direta e indireta da União, dos estados, municípios e dirigentes de órgãos e entidades.

Eles não poderão ter férias em período superior a 30 dias em um ano, serão proibidos de ter adicionais por tempo de serviço, aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos, licença-prêmio e aposentadoria compulsória como modalidade de punição. Não terão direito também a progressão ou promoção baseadas exclusivamente em tempo de serviço.

Os servidores serão avaliados periodicamente por meio de uma plataforma eletrônica para medir o desempenho individual para o alcance dos resultados institucionais do seu órgão ou entidade. Segundo o relatório, essa avaliação também pode ser usada para promoção ou progressão na carreira, nomeação em cargos em comissão e designação para funções de confiança.

Essa avaliação será feita a cada 12 meses e contará com a participação de usuários dos serviços públicos.

Para o deputado professor Israel Batista, a possibilidade de extinção de cargos por obsolescência com desligamento de servidor, mediante indenização de um mês de salário por cada ano de serviço "é muito ruim, muito perigosa."

Um dispositivo que estava no substitutivo permitia ao diretor-geral da Polícia Federal indicar o delegado que vai conduzir inquéritos, passando por cima dos superintendentes. "Isso me parece uma concentração de poder muito grande. E não entendemos isso como possível de estar em uma PEC de reforma administrativa", afirma Batista.

Diante das reclamações, o relator afirmou que o trecho foi incluído por "equívoco". "Às vezes, na elaboração de um parecer como esse, se cometem alguns equívocos, sobretudo considerando que na hora de entregar, sempre tem uma dificuldade, sempre tem algo a mais", disse. Segundo ele, o dispositivo estava errado e foi excluído.

O relatório também prevê foro privilegiado para o diretor-geral da PF, o que também gerou críticas de deputados. Segundo Maia, ele foi procurado por um grupo de delegados da instituição preocupados "com a situação de que muitas vezes está havendo interferência indevida dentro da Polícia Federal".

Em 22 de fevereiro, Lira estimou que a reforma administrativa seria votada no plenário da Casa antes do fim do primeiro trimestre. No dia 10 de maio, afirmou que sua intenção era enviar o texto para o Senado até julho.

Depois da comissão, o texto ainda precisa passar pelo plenário da Câmara. Por ser uma PEC, deve receber o apoio de pelo menos 308 deputados em votação em dois turnos. Depois, segue para o Senado, onde precisa de ao menos 49 votos, também em dois turnos.

No entanto, a pressão da base bolsonarista ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023.

Renan Bolsonaro abriu empresa com ajuda de lobista de investigada pela CPI, mostram mensagens

A empresa de Jair Renan Bolsonaro, a Bolsonaro Jr Eventos e Mídia, foi aberta com a ajuda do lobista Marconny Albernaz de Faria, apontado pela CPI da Covid como um dos intermediários da Precisa Medicamentos, mostram trocas de mensagens.

As informações constam de conversas no WhatsApp obtidas pela Folha entre o advogado e o filho mais novo do presidente Jair Bolsonaro, após quebra judicial de sigilo do lobista a pedido do Ministério Público Federal do Pará, e de análise de documentos da Receita Federal.

Os diálogos foram enviados à CPI pela Procuradoria, depois que os investigadores daquele estado, que apuravam a influência do lobista em uma indicação para órgão público, viram que Marconny havia sido citado nas negociações da Precisa Medicamentos.

A Precisa está no centro das apurações da CPI por suspeitas de irregularidades nas negociações da vacina indiana Covaxin. O Ministério da Saúde decidiu encerrar o contrato de R$ 1,6 bilhão com a empresa para a compra de 20 milhões de doses do imunizante.

De acordo com os diálogos, o lobista e Jair Renan começaram a tratar do tema no dia 17 de setembro de 2020, quando Marconny lhe escreveu: "Bora resolver as questões dos seus contratos!! Se preocupe com isso. Como te falei, eu e o William estamos a sua disposição para ajudar te ajudar", disse.

Jair Renan, segundo as transcrições (reproduzidas nesta reportagem de forma literal), respondeu: "Show irmão. Eu vou organizar com Allan a gente se encontrar e organizar tudo". Em seguida, o filho do presidente diz que precisa abrir um processo para registrar a marca no INPI marcas e patentes e abrir o MEI como microempreendedor.

Marconny afirmou: "Temos que marcar uma reunião para me dizer o que está precisando. bora marcar na segunda", diz, ao que o filho do presidente responde com "Talkei" (referência a "tá ok", expressão usada com frequência por seu pai para uma confirmação).

No mesmo dia, o lobista mandou uma mensagem para o advogado William de Araújo Falcomer dos Santos, que o representa na CPI da Covid: "Posso marcar uma reunião com o Renan Bolsonaro na segunda às 16h?", ao que o advogado diz que "pode, marcado".

No dia 22 de setembro, Marconny pede que William lhe envie a localização de seu escritório para passar a Jair Renan —e recebe um "já mando" como resposta.

Em 11 de outubro, o lobista mandou uma reportagem sobre a inauguração da empresa de Jair Renan para William, que respondeu: "Fui lá ontem. Tava legal". Três dias depois, William disse: "Renan veio aqui hj. Fiz o certificado. Conversamos algumas coisas", e Marconny respondeu: "coisa boa". Em seguida, o advogado diz: "Amanhã ele assina a abertura da 1 empresa dele".

O telefone registrado no cadastro da Receita Federal como sendo da Bolsonaro Jr Eventos é o mesmo contato do escritório de William de Araújo Falcomer dos Santos. Nesta terça-feira (31), a Folha ligou para o local e a secretária confirmou que se tratava do escritório de William, mas que o advogado estava em viagem.

Ele não respondeu os contatos feitos pela Folha por telefone, celular, emails e mensagens no WhatsApp, assim como Marconny e a Precisa Medicamentos também não se pronunciaram.

Jair Renan não respondeu o email enviado pela Folha no endereço divulgado pelo filho do presidente, em sua conta oficial do Instagram, como sendo de sua assessoria.

Frederick Wassef, advogado de Jair Renan Bolsonaro, disse que o filho do presidente não tem nenhuma relação com o advogado William.

Segundo Wassef, William e Jair Renan se conheceram em um evento, em 2019, por intermédio de uma amiga em comum. Os dois teriam se visto poucas vezes em situações como jogos de futebol e eventos públicos.

O advogado de Jair Renan frisou que não existe relação de negócio ou amizade, mas contou que o filho do presidente foi apresentado ao lobista Marconny por William.

"Renan é uma pessoa pública e volta e meia está em eventos, em festas e tem muitos conhecidos, é comum que ele conheça várias pessoas. Conheceu esse advogado no começo de 2019 e não tem e nunca teve qualquer tipo de relação com ele."

"Não o contratou, nunca tem relação comercial, jamais fizeram qualquer negócio juntos, nada. Uma entre as centenas de pessoas que ele conhece, que viu poucas vezes de forma esporádica em eventos públicos e sociais."

Diálogos e documentos da Receita apontam elo com firma do filho do presidente da República; defesa nega relação de negócio ou amizade

A defesa não confirmou as trocas de mensagem por WhatsApp. Wassef afirmou, ainda, que William ajudou Jair Renan em orientações verbais sobre como ele faria para abrir uma empresa. No entanto, foi um contador que abriu o negócio para o filho do presidente.

Ele disse que Jair Renan colocou o número de William no cadastro da Receita por ser uma figura pública. "O Renan à época dos fatos não tinham nenhum telefone fixo e pediu para o advogado e usou o telefone dele. Tanto que não tinha nada de mais."

A empresa de Jair Renan foi constituída oficialmente no site da Receita Federal como de serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, no dia 16 de novembro.

Ele inaugurou o empreendimento junto com o seu ex-personal trainer, Allan Lucena, no camarote 311 do estádio Mané Garrincha, em Brasília.

O empreendimento é investigado pela Polícia Federal por suposto tráfico de influência. O inquérito foi instaurado a partir de um pedido feito pela PRDF (Procuradoria da República no Distrito Federal), no dia 8 de março.

Em dezembro, a Folha revelou que a cobertura com fotos e vídeos da festa de inauguração da empresa do filho 04 do presidente foi realizada gratuitamente por uma produtora de conteúdo digital e comunicação corporativa que presta serviços ao governo federal. A empresa havia recebido R$ 1,4 milhão do governo Bolsonaro naquele ano.

A Folha também revelou que o presidente Jair Bolsonaro recebeu no Palácio do Planalto o empresário Wellington Leite, que doou um carro elétrico avaliado em R$ 90 mil para um projeto parceiro da empresa de Jair Renan.

O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), chegou a afirmar que Marconny de Faria era lobista da Precisa após exibir um áudio durante uma sessão da comissão. "Esse que está falando é o depoente com o Marconny Farias, outro lobista da Precisa e de outros negócios do Ministério da Saúde."

Em diálogos, o lobista conversava com o empresário e ex-secretário da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) José Ricardo Santana, em junho de 2020, sobre a venda de 12 milhões de testes rápidos pela Precisa ao Ministério da Saúde.

A CGU (Controladoria-Geral da União) apontou evidências de tentativa de interferência no processo de chamamento público para a contratação com a ajuda de Roberto Dias, ex-diretor de Logística do ministério, para beneficiar a Precisa.

Marconny também encaminhou mensagens de Danilo Trento, diretor da Precisa Medicamentos, para Ricardo, em junho do ano passado. Ele explicava como funcionará o processo de aquisição dos testes.

A CPI aprovou em 16 de agosto requerimento para que Marconny seja ouvido pelo grupo.

"As mensagens reforçam as suspeitas sobre a atuação de Roberto Dias no Ministério da Saúde e deixam claro existir de fato um mercado interno no Ministério que busca facilitar compras públicas e beneficiar empresas, assim como o poder de influência da empresa Precisa Medicamentos antes da negociação da vacina Covaxin. Diante do exposto, é imprescindível a convocação do senhor Marconny para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, razão pela qual peço a aprovação do presente requerimento", justificou o vice-presidente do grupo, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do pedido.

O depoimento de Marconny deve ser realizado nesta quinta-feira (2) —já estava marcado, mas chegou a estar ameaçado após ele apresentar atestado médico válido por 20 dias. O período de recuperação chegou a ser ironizado pelos senadores da CPI.

"Se um trabalhador brasileiro tiver o que o doutor Marconny teve, duvido ele conseguir 20 dias para ficar em casa com uma dor pélvica", afirmou o presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM).

Randolfe depois afirmou que manteve contato com o médico, que levantou dúvidas sobre a real situação do paciente e, por isso, o depoimento foi confirmado para esta quinta.

"O médico que concedeu o atestado do senhor Marconny Faria, entrou em contato conosco e disse que foi ele que concedeu o atestado, mas que notou uma simulação por parte do paciente e que deseja cancelar o mesmo. Com isso, amanhã receberemos o Sr. Marconny na CPI da Covid", escreveu em suas redes sociais.

Senado impõe derrota ao governo e derruba MP com minirreforma trabalhista

O Senado rejeitou nesta quarta-feira (1º) o projeto que criaria novos programas trabalhistas e impôs uma derrota aos ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência).

O governo tentou negociar e até mesmo propôs um enxugamento da proposta, com a retirada de trechos que alteravam a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Mas a estratégia não foi suficiente. Por 47 a 27, o plenário do Senado derrubou o pacote trabalhista defendido pelos ministros. As medidas já haviam sido aprovadas pela Câmara, onde o clima político é mais favorável ao Palácio do Planalto do que no Senado.

Com a decisão da maioria dos senadores, nem o texto que reeditou o programa emergencial de corte de jornada e de salários de trabalhadores da iniciativa privada vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Essa iniciativa, conhecida como BEm (benefício emergencial), já teve vigência encerrada em agosto. Na prática, o Senado enterrou a discussão sobre as medidas na área trabalhista.

A versão aprovada pela Câmara passou a ser conhecida como minirreforma trabalhista, pois modificava a CLT e criava três novos modelos de contratações, com menos direitos trabalhistas aos empregados.

Segundo Onyx, os programas poderiam gerar 3 milhões de novas vagas nos próximos meses. Mas, nem todos esses contratos seriam contabilizados como emprego formal.

A oposição e o MPT (Ministério Público do Trabalho) afirmavam que as medidas representariam uma precarização do mercado de trabalho e feriam regras previstas na Constituição.

Senadores como Paulo Paim (PT-RS) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentaram pedido para impugnar (derrubar por ato da presidência do Senado) o pacote inserido no projeto, mas a solicitação foi rejeitada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Pacheco deixou para o plenário decidir sobre o tema. Com a base desarticulada, o governo então sofreu a derrota.

Além de criticarem as alterações na CLT, os senadores temiam que os deputados ignorassem as mudanças feitas pelo Senado, e retomassem a versão com ampla mudança na área trabalhista.

"Não há garantia de que as correções serão mantidas na Câmara dos Deputados", disse o líder do PL, Carlos Portinho (RJ).

Inicialmente a versão do texto enviado pelo governo, em abril, tinha 25 artigos. Foi editada uma MP (medida provisória) para prorrogar o programa emergencial de corte de jornada. Para não perder validade, a MP precisa do aval do Congresso até a próxima terça (7).

A equipe econômica e aliados do governo aproveitaram a tramitação acelerada da proposta e incluíram o pacote trabalhista. Com isso, a versão aprovada pela Câmara tinha quase 100 artigos.

Essa não foi a primeira vez que o Senado barrou uma tentativa do governo de aprovar contratos com menos direitos trabalhistas. Em abril do ano passado, a Casa derrubou a MP que criava a carteira Verde e Amarela, promessa de Guedes apresentada na campanha de Bolsonaro ao Planalto.

O líder do MDB, Eduardo Braga (MDB-AM), também se manifestou contra a minirreforma trabalhista prevista no texto da MP.

"Não há como deixar de me manifestar em defesa do trabalhador e contra a MP, não pelo texto original, mas pelo que se construiu com o ingresso de 73 novos artigos", argumentou Braga.

Aulas presenciais híbridas vão começar dia 4 de outubro nas escolas estaduais de modo escalonado

Cezar Negreiros

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SEE) anunciou o adiamento da volta às aulas híbridas presenciais e remotas para o dia 04 de outubro, para maior segurança de estudantes e professores. A secretária Socorro Neri publicou nas redes sociais o novo calendário para as aulas, que começam primeiro para 1º, 5º, 6º, e 9º anos do Ensino Fundamental, 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA, entre outros. Outras séries serão introduzidas de modo gradual e híbrido.

Para o retorno presencial, as salas de aulas estarão organizadas respeitando o distanciamento mínimo de 1 metro entre as carteiras. Em turmas com mais de 25 alunos, as unidades escolares organizarão grupos com 50% dos estudantes, que deverão se alternar entre as atividades presenciais e remotas. A alternância entre os grupos, nas séries iniciais do Ensino Fundamental será diária, e nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio será semanal.

Eis o calendário de retorno, por séries e modalidades de ensino, divulgado pela Secretaria de Educação:

4 DE OUTUBRO
Educação Básica
• 1º, 5º, 6º, e 9º anos do Ensino Fundamental
• 1ª e 3ª séries do Ensino Médio
Educação de Jovens e Adultos – EJA
• Último Módulo de cada etapa (EJA I, II e III)
Educação do Campo (Escolas seriadas)
• Todas as séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio
Educação Indígena
• Todas as séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio
3 DE NOVEMBRO
Educação Básica
• 2º, 3º, 4º 7º e 8º anos do Ensino Fundamental
• 2ª série do Ensino Médio
Educação de Jovens e Adultos – EJA
•Demais Módulos de todas as etapas (EJA I, II e III)
Educação do Campo
• Todas as séries das demais escolas (não seriadas)

Secretária de Educação Socorro Neri divulgou calendário de retorno por série

Assembleia aprova compra de computadores por professores

Da Redação

A Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que permite auxílio financeiro de até R$ 4.500,00 para professores adquirirem notebook para uso pessoal e em aulas presenciais e remotas e mais um auxílio mensal de R$ 100,00 mensais, por 18 meses, totalizando R$ 1.800,00 para contratação de internet banca larga.

A aprovação foi uma vitória do governo e também da secretária de Educação, Socorro Neri,m que foi pessoalmente à Assembleia Legislativa apresentar o projeto aos deputados.

Pelo texto aprovado, professor, tradutor intérprete de libras, professor brailista, professor mediador, professor de libras gestor pedagógico e diretor de ensino, que estiverem efetivamente em sala de aula, receberão um repasse em única parcela de até R$ 4.500 para comprarem um computador.

Antes de viajar a Brasília, o governador postou em suas redes sociais mensagem agradecendo o voto dos deputados: "Nossos deputados estaduais aprovaram na Aleac nesta quarta-feira, 1º de setembro, o nosso projeto para doar computadores e pacote de internet aos professores estaduais. As doações representam um investimento de mais de R$ 44 milhões. Os professores receberão cerca de R$ 4,5 mil para a compra de computadores portáteis e mais R$ 1,8 mil, divididos em 18 parcelas, para adquirirem pacotes de internet. Gratidão a todos os parlamentares pelo apoio a esse importante projeto".

A Assembleia aprovou também o fim do Igesac e a incorporação dos servidores à Secretaria de Saúde e manteve vetos do governador a outras propostas.

Base de sustentação na Aleac mantém vetos do governador

Cezar Negreiros

Oposição e situação chegaram a trocar farpas no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (Aleac), durante a votação dos vetos do governador Gladson Cameli aos quatro projetos de autoria dos deputados que vinham trancando a pauta do dia. O deputado comunista Edvaldo Magalhães chegou a insinuar a existência de um 'confessionário' na Casa, os deputados da base são coagidos pelo governador Gladson Cameli de mudarem o seu voto.

Em seguida, o deputado socialista Jenilson Leite usou o expediente para defender a derrubada do veto governamental, pois a pandemia tinha deixado muitos desempregados no Estado e que a tarifa da conta de luz permaneceu na bandeira vermelha que corresponde por uma cobrança adicional de R$ 9,49 por 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos. Disse que nem mesmo chove no Estado, nesta época do ano um período de muito calor. "Um período de pandemia em que estamos vivendo, um momento de dificuldade, inclusive financeira", lamentou.

O líder do governo na Casa, deputado Pedro Longo (PV), saiu em defesa do governador Gladson Cameli e defender a manutenção do veto ao projeto de autoria do deputado progressista, Gehlen Diniz que impedia o corte de luz e de água.

"Não tenho vergonha não de defender o veto, tenho orgulho, porque não existe almoço grátis, a conta desse projeto vai vir e quem vai pagar será o cidadão", desabafou.

Justificando o que motivou mudar de opinião, depois de votar favorável a matéria que impedia a empresa Energisa do Acre cortar o fornecimento de energia elétrica para que não pagar a conta. Declarou que não estava apunhalando ninguém, pois se a matéria não fosse vetada acarretaria insegurança jurídica.

"Que empresa vai querer se instalar no estado se tem interferência política na estrutura de gerenciamento das empresas, em sua contabilidade?", indagou.

O deputado emedebista, Roberto Duarte chegou a declarou que o deputado Pedro Longo tinha ferido os seus próprios princípios. Disse que teria vergonha de subir à tribuna da Casa para defender um Governo e uma empresa e ir contra o povo.

"Eu sou um dos que mais defende a iniciativa privada aqui dentro, mas quando for necessário eu vou defender o povo que nos elegeu", declarou.

Comemoração - A proposta de manutenção dos vetos governamentais foi aprovada por unânime pelos deputados da base de apoio do Palácio Rio Branco. Afinal de contas, foram 17 votos favoráveis e quatro contrários a manutenção dos vetos do governador Gladson Cameli.

O presidente da Casa, deputado do Nicolau Junior (Progressistas), comemorou o resultado da votação. A base votou fechado com o Palácio Rio Branco, que discordava do impedimento do corte de luz e água dos consumidores endividados. "Apesar de a Casa ser um poder independente temos de ter a sensibilidade de manter os vetos nos projetos que são considerados inconstitucionais", finalizou o deputado progressista.

Um dos vetos mantidos trata da não autorização de corte de energia de consumidores devedores